

ELETROSUL

## PLENÁRIA DOS TRABALHADORES DA ELETROSUL



Plenária dos Trabalhadores da Eletrosul 2012

Sábado, dia 17 de março em Curitiba aconteceu a Plenária anual dos trabalhadores da Eletrosul. O evento organizado pelos sindicatos que compõem a Intersul foi extremamente representativo e contou com 104 delegados que se inscreveram nas diversas assembleias de formação das pautas de reivindicações que ocorreram em todos os locais da empresa. Os delegados puderam levar um acompanhante, o que conferiu à plenária o caráter de evento familiar como já ocorreu em outros anos. Uma apresentação cultural antecedeu às discussões da pauta e ao final um jantar que contou com cerca de 180 pessoas foi oferecido aos delegados, acompanhantes e alguns convidados que se confraternizaram marcando assim, mais uma etapa importante que faz parte da data-base dos eletricitários e que visa ampliar as conquistas dos trabalhadores por meio do Acordo Coletivo de Trabalho.

Tanto a pauta específica quanto a pauta nacional foram aprovadas tendo sido debatidas e deliberadas as alterações vindas das diversas assembleias, num exercício de cidadania, participação e democracia. No que se refere à pauta nacional, as propostas aprovadas na Plenária serão levadas pelos representantes da Intersul no planejamento da campanha nacional, a ser realizado no final deste mês pelo CNE – Coletivo Nacional dos Eletricitários em São Luis, estado do Maranhão. Também esteve na ordem do dia da Plenária, a escolha dos candidatos que participarão do processo eleitoral que está por se iniciar na Fundação ELOS. Os trabalhadores interessados em disputar as eleições na ELOS, com apoio das entidades sindicais que compõe a Intersul, puderam se apresentar nas assembleias de base e tiveram seus nomes apreciados e ratificados pela plenária em Curitiba. A relação dos cargos em disputa e dos candidatos a serem apoiados pela Intersul serão apresentados em matéria específica sobre as eleições na ELOS. A Plenária também ratificou o apoio da Intersul à chapa 9, que disputou a eleição para Representante dos Trabalhadores no Conselho de Administração da Eletrosul, composta por Dino Gilioli de Florianópolis e Wanderlei Lenartowicz de Joinville. A chapa apoiada pela Intersul foi para o segundo turno da eleição cuja votação ocorreu dia 20 e 21 de março, e não havia se encerrado até o fechamento desta edição do LINHA VIVA.

A Plenária dos Trabalhadores da Eletrosul, as discussões aprofundadas das propostas vindas das assembleias, a escolha dos candidatos apoiados pela Intersul, todas estas atividades dão uma demonstração evidente do perfil democrático e participativo que norteiam a atuação dos sindicatos que compõem a Intersul. Por outro lado, somente a participação efetiva de todos os trabalhadores nos demais estágios da campanha, como reunião para informes, mobilizações, uso dos materiais de campanha, é que construirão de fato, as condições para que o Acordo Coletivo de Trabalho traga efetivamente avanços para os trabalhadores do setor elétrico, em especial os trabalhadores da Eletrosul e das demais empresas do Grupo Eletrobras. Vamos todos juntos, ocupando os espaços e desempenhando o papel que nos cabe no processo de construção coletiva.

**Trabalhadores, vamos à luta!**



## Uma crise de gestão e modelo

Nos últimos anos temos assistido a um verdadeiro show pirotécnico evidenciando as “maravilhas” promovidas pela gestão da Eletrosul: propagandas nos circuito interno de TV mostrando o presidente como “destaque no Jornal Valor Econômico”; os diretores exaltando usinas eólicas; como esquecer o palco e o telão montados no hall da empresa no dia do anúncio do milionário patrocínio aos times de futebol? O presidente de braços abertos no natal, logo depois de uma missa, dizendo como estávamos fazendo uma grande empresa e retomando, brilhantemente, à geração de energia.

Passados pouco mais de três meses da celebração de fim de ano e do anúncio das “boas novas” a diretoria da Eletrosul convocou os trabalhadores para anunciar a crise da empresa. No dia 16 de março, no auditório tartarugão, foi promovida uma apresentação comunicando a difícil situação da empresa e disseminando o temor. O que antes era a adequação para a renovação das concessões, agora passa a ser o “término das concessões”. A diretoria começa a dar publicidade a crise da gestão da Eletrosul pedindo, humildemente, a contribuição dos trabalhadores para “sair dessa”. O patrocínio ao Avaí e Figueirense renovado recentemente, e destacado por sua fabulosa rentabilidade virtual, não será renovado pois, concretamente, não traz receita.

A crise foi reconhecida pelo presidente, porém sem qualquer mácula à gestão. Como se a crise tivesse começado em janeiro de 2012, não admite-se erro por ter assinado o patrocínio no final de 2011. A Eletrosul cumprirá o contrato até 2014 ainda que o “retorno” com a valorização da marca não acrescente nenhum centavo na receita. Apresenta-se os benefícios frutos da luta dos trabalhadores, em tom de “conquistas históricas que passaram da conta”, porém, sem fazer o contraponto dos números relativos às multas e gastos com usinas e compra de energia. Nem tampouco a conta dos jatinhos e de outros gastos questionáveis (viagens ao exterior, coquetel para publicação de livros com despesa de viagem da comitiva bancada com dinheiro público...).

Como foram calculados os números da apresentação? O presidente da Eletrobras anunciou que com a possível renovação onerosa a holding poderá perder cerca de 5 bilhões de reais em receita. Enquanto na apresentação da Eletrosul foi informado que seria em torno de 10 bilhões. Na verdade, o que existe por enquanto são hipóteses acerca de cenários e especulações em torno de números.

A fantasia de corporação, de filme estadunidense, parece confrontar-se com a realidade de empresa pública brasileira. Acordamos do sonho de mercado e damo-nos de cara com uma empresa fortemente ligada ao governo federal, com diretores e grande parte dos gerentes indicados por critérios outros que não seu curriculum; damo-nos de cara com a dificuldade de contratar pessoas e especialistas (e comprar know-how) como fazem as empresa privadas; percebemos que o prin-

cipal fator de retenção de talentos é o plano de saúde e não o PCR, ou seja, a segurança e não a ambição monetária.

Até o momento acatamos, de acordo com o contrato de trabalho, a todas as ordens. Nossos gestores, até então sacerdotes do deus mercado, que anunciavam a prosperidade, passam a declarar que somos ineficientes e ineficazes. Assim o fazem tal qual os charlatões que, ao não conseguirem atingir a cura do crente, jogam a culpa na falta de fé do indivíduo. Segundo eles, somos o pesado custo do processo, somos caros. E, de valorosos trabalhadores que éramos no natal, passamos a ser a causa dos fracassos da Eletrosul.

E o modelo? Como não reparar na esquizofrenia do modelo de empresa pública lucrativa? Dada a fórmula Lucro = Receita - Despesa, como podemos aumentar o lucro para o acionista e reduzir a receita para atingir modicidade tarifária? Acreditam realmente que seremos inteligentes o suficiente para construir usinas e burros o suficiente para não perceber que nossos salários e benefícios estão incluídos nas despesas? Querem mesmo que trabalhem para fazer nossos salários tender a zero? E o governo federal que, ao mesmo tempo nos cobra competitividade e lucratividade semelhantes a Tractebel, nos obriga ao programa Luz Para Todos. Não que o Luz Para Todos não seja um excelente programa e de fato seja muito melhor do que mandar bilhões para a Bélgica. Porém, é necessário ter coerência. Não se pode esperar que os empregados cortem da própria carne para sustentar a conciliação de interesses antagônicos como os da sociedade e os dos acionistas. Agora, aos que costumam comparar a Eletrosul com a Tractebel (e menosprezar a Eletrosul), cabe a reflexão: o que é melhor para o País onde vivemos (e conseqüentemente para nós mesmos): a Eletrosul como protagonista do desenvolvimento social ou a Tractebel mandando bilhões de reais, como resultado do lucro, para o exterior? Como proposta às crises de gestão e de modelo, a diretoria da Eletrosul anuncia a criação de um comitê. O que nos dirão caso a solução não venha? A solução será “enxugar” os trabalhadores? Cortar benefícios? Endurecer na negociação do acordo coletivo? Quem sabe cortar o plano de saúde?

Aos legalistas; aos que respeitam a hierarquia cegamente; aos que tudo cumprem sem questionar, façam a reflexão: Quem sofrerá as conseqüências da má gestão e de um modelo contraditório? Quem deve pagar essa conta? Devem, os próprios empregados, assumir a gestão da empresa antes que mais aventureiros o façam? Devem os trabalhadores questionar o modelo proposto pelo governo federal, que favorece empresas privadas e engessa empresas públicas? Devem os trabalhadores olhar mais para as leis que versam sobre as responsabilidades dos empregados públicos com a empresa e com a sociedade, e olhar menos para as normas que estabelecem a submissão?

## TRACTEBEL

### Tractebel assina acordo coletivo de trabalho



Aconteceu nesta segunda-feira, 19/03, a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho ACT - 2011/12 dos empregados da Tractebel Energia. Para o coordenador da Intersul na mesa de negociação, Juraci Bolognest, a aprovação do ACT em todas as assembleias é um indicativo de que a categoria avaliou positivamente o resultado das negociações. Na avaliação da Intersul o fato da empresa aceitar continuar discutindo durante o ano questões relativa ao PCR e da Fundação PREVIG foi fundamental para o fechamento do acordo.

Nos próximos informes estaremos divulgando uma análise detalhada da negociação e seus resultados.

CELESC

## Reforma do Estatuto da Celesc

Os sindicatos que compõem a Intercel estiveram na Assembléia Legislativa do Estado para acompanhar a discussão sobre as mudanças estatutárias na Celesc que voltaram á boca do povo por conta das reclamações do acionista Lirio Parisotto.

Parisotto alegou ter sido prejudicado com a mudança no estatuto dos objetivos da Celesc, onde foram excluídos os investimentos em saneamento básico, transmissão de dados e telecomunicações, focando a empresa naquilo que realmente é seu objetivo, geração, trans-

missão e distribuição de energia elétrica. Desta forma, com base na Lei das S.A's, fez o pedido de retirada, obrigando o acionista majoritário a indenizá-lo.

A Celesc considerou prudente retomar os objetivos no estatuto, acarretando nova mudança estatutária, sendo necessária a discussão através da Assembleia Legislativa. Com o assunto pautado na Comissão de Constituição de Justiça da ALESC, os sindicatos da Intercel tiveram a confirmação do respeito e força que seu trabalho em defesa da Celesc tem entre os legis-

ladores do estado.

Com o encaminhamento atrapalhado da Celesc, que não comunicou os sindicatos do envio da proposta à ALESC, os deputados de oposição conseguiram deixar a CCJ em aberto até o fim da tarde para consultar a Intercel e só assim encaminhar favoravelmente à alteração. A postura dos deputados de consultarem a Intercel para qualquer encaminhamento sobre a Celesc é prova mais contundente do impacto de nossa luta em defesa da Celesc pública, patrimônio do povo e orgulho de Santa Catarina.

CELESC

## Prioridade?

Há pouco tempo acordado, o horário dos atendentes comerciais já está sofrendo resistência para a sua aplicação. Com os argumentos mais hipócritas, alguns administradores se dizem preocupados "agora" com o futuro do atendimento. Ora, não é de hoje, e nem devido ao acordo - que sequer foi aplicado - que o atendimento está fragilizado. Ele é reflexo de um período no qual a regra era reduzir pessoal a qualquer custo sem realizar as devidas reposições. Os problemas agravam-se a cada dia com o aumento da demanda do atendimento, somado a falta de atitudes positivas da empresa, como remanejamento e contratação de pessoal.

O acordo de seis horas para os atendentes é, ao contrário do que alguns pregam, uma forma de melhorar a qualidade do atendimento. A visão limitada de alguns gestores não os permite, por exemplo, enxergar que ao tornar o atendimento mais atrativo aos empregados, conseguirá mão de obra mais disposta a ajudar e atender o consumidor de forma eficaz.

Ao contrário disso, o que vem acontecendo nas lojas é um verdadeiro despacho do consumidor pelas atendentes, que não encontram as condições mínimas para realizar o seu trabalho com boa qualidade. O que estamos presenciando nesse período de 60 dias de carência para a aplicação do acordo é a relutância de alguns administradores que não estão dispostos a resolver a situação. Obrigatoriamente deverão ser realizadas algumas alterações no quadro de empregados para se aplicar o acordo, o fato é que o atendimento deve ser priorizado nesse caso. Estamos a beira de um colapso das linhas de frente na Celesc. Em uma delas, na área operacional, se fala em contratação emergencial. E no atendimento, como será resolvido? O prazo está acabando, portanto sugerimos aos administradores que gastem sua energia buscando uma solução para salvar o atendimento, em vez de tentarem boicotar o acordo.

PRIVATIZAÇÃO

## O triste resultado da privatização

No dia 28/02, a CELPA, distribuidora de energia responsável pelo abastecimento de 143 municípios paraenses entrou na justiça com um pedido de recuperação. A empresa, privatizada em junho de 1998, consiste hoje em mais um exemplo de como o processo de privatizações aliado a um modelo que privilegia o lucro ao invés da qualidade no serviço pode ser prejudicial ao país, a sociedade e aos trabalhadores.

Apesar da situação caótica em que se encontra, a empresa solicitou um reajuste de 20,14%, alegando desequilíbrio econômico-financeiro motivado pelos resultados das duas últimas revisões tarifárias, sendo que, em agosto de 2010 a empresa teve reajuste de 15,8%. Para a Agencia, o atual desequilíbrio alegado pela concessionária não tem como causa as tarifas, mas a falta de ações de melhorias de gestão e de aporte de recursos pelos acionistas, ou seja, a empresa lucrou durante anos e não investiu o que deveria na melhoria do sistema. A CELPA alega que os desafios logísticos da distribuição em um estado como o Pará tornam o negócio muito complexo. Não temos dúvidas sobre as peculiaridades da região norte do país, no entanto, isso mostra a ineficácia de nossa política energética ao utilizar o modelo mercantil baseado em "empresas de referência", se baseando na lógica de que os consumidores de determinada região, devem "banca" através das tarifas os investimento necessários a expansão da rede e a melhoria do serviço. Isso trouxe principalmente para as distribuidoras do norte brasileiro, tarifas caras, serviço ruim e empresas falidas.

Esta situação é emblemática e mostra de forma nua e crua o que sempre denunciávamos: os efeitos nefastos da privatização! No caso da CELPA, a solução passa pela intervenção na empresa, seguida pelo processo de encampação, o que poderá ser feito inclusive através do grupo Eletrobrás. A CELPA é um patrimônio do povo paraense que merece respeito e um serviço de qualidade. Errar uma vez já custou muito caro, errar pela segunda vez é inaceitável!



*Queremos saber aonde vão colocar os 31 novos chefes propostos na NE 015/2012. Só para lembrar, estes serão pagos pela "economia" feita com a extinção de algumas Diretorias, e do acúmulo de Presidentes. Ou seja, já que economizamos agora podemos gastar? De que diantou? Seria uma nova etapa da Descentralização?*

*E aqui vai um "Mantra" para os Presidentes das Comissões de Inquéritos Administração entral, ser recitado no início de seus trabalhos: "Em Todos os inquéritos Administrativos é obrigatória a participação dos Sindicatos Majoritários". Estamos buscando a anulação de quaisquer Inquéritos que não ocorram desta forma.*

*Alô Presidente! E a Sindicância da Empresa LB, classificada pela Rádio Peão como "Sirizão de Guerra Azul" do balaio (LV 1098) Não anda por quê? Mês que vem vai fazer um ano desde a denúncia e NADA foi feito. Corre pelos corredores que estariam esperando um exame de DNA para comprovar o parentesco entre os sócios da LB e da LMA Telecomunicações.*



# O preconceito racial ainda não foi superado no Brasil

por Wilson Martins Lalau  
Diretor do Sinergia



*A atual realidade racial brasileira ainda se mostra drasticamente desigual, perpetuando grotesca e visivelmente verdadeiro apartheid que vitimiza, sobretudo, a população negra.*

*Estatísticas do IPEA e do IBGE insistem em mostrar, em especial no mercado de trabalho, que mesmo sob funções e grau de escolaridade iguais, o negro recebe valores salariais inferiores ao não negro. A mulher negra está em condição ainda pior. Apesar de possuir grau de escolaridade superior ao homem negro, recebe menos que ele. Esse caráter opressivo e repressivo sobre o grupo, demonstrado ao longo da história, nada tem contribuído para a condução de uma sociedade plenamente democrática. Entretanto, cresce no seio da sociedade a repulsa por esse vil e primitivo sentimento, que impõe condição de inferioridade ao ser humano pela cor de sua pele.*

*Os movimentos sociais continuam denunciando veemente o Brasil como um país estruturalmente racista. Enquanto isso, o movimento sindical passa a pautar seu dia-a-dia em políticas antirracistas. O próprio governo tem promovido políticas públicas, embora tímidas quando voltadas para esse segmento historicamente discriminado.*

*É salutar a construção de um novo modelo social, em que políticas e atitudes sejam objetos de igualdade, ausente de qualquer distinção de raça ou cor e, em contrapartida, repudiando qualquer motivação a favor da discriminação.*

## História e atualidade

*Em 21 de março de 1960, na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, 20 mil negros protestaram em conjunto contra a "Lei do passe". Na época, a legislação obrigava os negros a portarem cartões de identificação especificando os locais por onde poderiam circular. Mesmo sendo uma manifestação pacífica, o exército atirou sobre a multidão e o saldo da violência foi de 69 mortos e 186 feridos. Em memória ao massacre em Shaper-ville, no ano de 1976 a ONU instituiu a data como Dia Internacional de Luta Pela Eliminação da Discriminação Racial.*

*Ao julgar os acontecimentos históricos envolvendo o país sul-africano, observa-se que a realidade do povo negro brasileiro não apresenta diferenciação, pois leis e políticas também lhes proíbem o acesso aos melhores empregos, a saúde e a segurança.*

*Apesar de ostentar a posição da segunda maior população negra fora do continente africano, o Brasil ainda vive sob o princípio da criminalização pela cor ou pela raça. Basta ver a ação da polícia. Além disso, a existência de grupos racistas são revelados à medida que a mídia, em seus pequenos espaços, mostra a crueldade e a violência praticada por essas pessoas.*

*Esses indivíduos são parte das mazelas de um passado escravista que ainda insiste em ter por determinante a posição de manter o negro no lugar onde, em seu imaginário, jamais deveria ter saído: do chão da fábrica.*